

DANIELE MÔNICA LIMA

**A PRODUÇÃO SOCIAL DA DESIGUALDADE: HIERARQUIZAÇÃO
SOCIAL E ESTRATÉGIAS DE CLASSE NA FORMAÇÃO DA
SOCIEDADE MINEIRA (MARIANA, 1701-1750)**

MONOGRAFIA DE BACHARELADO

**DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO**

MARIANA, 2003.

DANIELE MÔNICA LIMA

**A PRODUÇÃO SOCIAL DA DESIGUALDADE: HIERARQUIZAÇÃO
SOCIAL E ESTRATÉGIAS DE CLASSE NA FORMAÇÃO DA
SOCIEDADE MINEIRA (MARIANA, 1701-1750)**

Monografia apresentada ao
Curso de História da Universidade
Federal de Ouro Preto como parte
dos requisitos para a obtenção do
grau de Bacharel em História.
Orientador: Prof. Dr. Antônio
Carlos Jucá de Sampaio

**DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO**

MARIANA, 2003.

A meus pais pelo esforço, sabedoria e coragem que tiveram para conduzir
minha educação.
A Nandinho e Deco, meus irmãos.

RESUMO

Este trabalho tem como tema mais abrangente a análise das hierarquias sociais da capitania de Minas Gerais no período de 1701-1750, mais precisamente a freguesia de Mariana e seu termo. Escolhida por entendermos que esta representa uma trajetória que de certa forma sintetiza as possibilidades de evolução mineira, procuramos analisar as formas de produção da desigualdade, como ela surgia, se reiterava ou mesmo se aprofundava no momento de formação dessa sociedade. Tentamos destacar a composição das elites locais, seus padrões de investimento, além de quais estratégias usadas para o sucesso ou não dessa classe.

ABSTRACT

The most important subject of this work is the social hierarchy analysis of the "capitania" of Minas Gerais in the time from 1701 to 1750, more accuracy in the county of Mariana. We chose this one, because it represents clearly how far the evolution reached in Minas Gerais, we tried to analyse the unequalness production forms, how it appeared, if made par or if become deeper in the time that the society got forai. We tried to stand out the local elite, and their Standard of investment, besides the strategies used for the success or not of this class.

SUMÁRIO

Lista de tabelas	VII
Introdução	8
Capítulo I - Trajetória historiográfica sobre Minas colonial	19
Capítulo II - Hierarquização social em Mariana	26
Conclusão	35
Bibliografia	37

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Participação percentual dos principais itens dos inventários por grupo e subperíodos (1701-1750)	22
Tabela 2: Participação dos grupos de fortunas nos principais itens dos inventários (1701-1730)	27
Tabela 3: Participação dos grupos de fortunas nos principais itens dos inventários (1735-1740)	28
Tabela 4; Participação dos grupos de fortunas nos principais itens dos inventários (1745-1750)	29
Tabela 5: Preço médio, número médio e razão de masculinidade dos cativos por inventário (1701-1750).	30

Introdução

Este trabalho tem como tema mais abrangente a análise das hierarquias sociais da capitania de Minas Gerais no período de 1701-1750, mais precisamente a freguesia de Mariana e seu termo: Escolhida por entendermos que esta representa uma trajetória que de certa forma sintetiza as possibilidades de evolução mineira, procuramos analisar as formas de produção da desigualdade, como ela surgia, se reiterava ou mesmo se aprofundava no momento de formação dessa sociedade. Tentamos destacar a composição das elites locais, seus padrões de investimento, além de quais estratégias usadas para o sucesso ou não dessa classe.

O estudo da sociedade escravista brasileira a partir de sua hierarquização social e da exclusão daí resultante tem ganhado volume e complexidade nos últimos anos. Uma visão dessa sociedade como dividida

quase exclusivamente entre senhores e escravos é, sem dúvida, melhor exposta por Caio Prado Júnior:

*"Abre-se assim um vácuo imenso entre os extremos da escala social: os senhores e os escravos (...). Aqueles dois grupos são os dos bem classificados da hierarquia e na estrutura social da colônia (...). Entre estas duas categorias nitidamente definidas e entrosadas na obra da colonização comprime-se o número, que vai avultando com o tempo, dos desclassificados, dos inúteis e inadapitados. "*¹

A luta contra essa visão teve como consequência principal a percepção de que era necessário conhecer de uma forma mais profunda a diferenciação social existente no seio da população livre, diferenciação esta sem dúvida alguma fundamental na compreensão do próprio fenômeno da escravidão. Ou, de outra forma, ficou claro que já não era somente a escravidão a única responsável por explicar a estrutura social desse período, mas que também essa mesma estrutura podia ajudar a melhor compreender a escravidão.

O trabalho que melhor sintetiza essa visão é, ao nosso ver, o de João Fragoso², onde o autor demonstra que o escravismo dependia, para sobreviver, da profunda hierarquização estabelecida entre os homens livres. E isso porque somente essa hierarquização social, de caráter excludente e cujo principal mecanismo de reiteração era o comércio, permitia a contínua recriação de sistemas agrários. O que era uma condição essencial para a realização do sobretrabalho extraído dos escravos, pois através dessa recriação ampliava-se o mercado interno sem com isso modificar seu caráter restrito.

¹ PRADO Jr., Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo*. São Paulo: Brasiliense, 1992.

² FRAGOSO, João L.R.. "Comerciantes, fazendeiros e formas de acumulação em uma economia escravista-colonial: Rio de Janeiro, 1790-1888." Niterói: UFF, 1990 (Tese de doutorado).

O resultado desta e de outras pesquisas³ obrigou-nos a enfrentar o fato de que já não era suficiente termos o conhecimento das desigualdades sociais existentes nessa sociedade. Coube-nos explicar de que forma essas desigualdades surgiam, se reiteravam ou mesmo se aprofundavam, bem como o que elas representavam de forma clara para aqueles que as viviam.

Outro ponto que nos pareceu de fundamental importância estudar, e que se relaciona com o acima exposto, é o das estratégias desenvolvidas pelas diversas classes sociais presentes no Brasil colonial, com o fito de garantirem sua reprodução ao longo do tempo. Fazendo parte dessas estratégias temos uma série de relações estabelecidas no interior das diversas classes e entre estas: casamentos, compadrios, relações clientelísticas, etc.

Hoje já encontramos trabalhos abordando tais temas para outras regiões, como o Rio de Janeiro e o Rio Grande do Sul⁴. Para Minas, entretanto, esse estudo ainda encontra-se em estado embrionário e tende

³ Entre outros: VINHAES, Eriana M.G. "Caniagalo: as formas de organização e acumulação da terra e da riqueza local." Rio de Janeiro: UFRJ, 1992 (Dissertação de mestrado). FLORENTINO, Manolo G. "Em costas negras: um estudo sobre o tráfico atlântico de escravos para o porto do Rio de Janeiro, C.1790-C.1830." Niterói: UFF, 1991 (Tese de doutorado); MOTTA, Márcia MM. "Pelos Bandos d'além (fronteira fechada e arrendatários escravistas em uma região policultora - 1808-1888)." Niterói: UFF, 1989 (Dissertação de mestrado).

⁴ FRAGOSO, João. "A espera das frotas: hierarquia social e formas de acumulação no Rio de Janeiro, século XVII." *in: Cadernos do LIPHIS*, no. 1. Rio de Janeiro, UFRJ, 1995, pp. 53-62:

_____. "Hierarquias sociais e formas de acumulação no Rio de Janeiro (Brasil), século XVII".

in: Colonial Latin American Review Vol. 6, N° 2. Oxford. Carfax, 1997, pp. 151-164.

"A nobreza da República: notas sobre a formação da primeira elite senhorial do Rio de Janeiro (séculos XVI e XVII)". *in: Topoi - Revista de História*, n° 1. Rio de Janeiro, PPGHS/UFRJ, 2000, pp. 45-122; SAMPAIO, Antônio Carlos Jucá de. "Na curva do tempo, na encruzilhada do império: hierarquização social e estratégias de classe na produção da exclusão (Rio de Janeiro, c.1650-c. 1750)". Niterói, UFF, 2000 (tese de doutorado); OSÓRIO, Helen. ""Estancieiros, lavradores e comerciantes na constituição da Estremadura portuguesa na América: Rio Grande de São Pedro, 1737-1822." Niterói, UFF, 1999 (Tese de doutorado).

e concentrar-se na segunda metade do século XVIII ou mesmo posteriormente⁵. Faltam trabalhos que dêem conta da utilização dessas estratégias pelos diversos grupos sociais no momento mesmo de formação da sociedade mineira, ou seja, a primeira metade dos setecentos ⁶.

Para esse estudo, acreditamos que a área escolhida possui um perfil exemplar. E a principal razão para esta crença está no fato desta representar uma trajetória que de certa forma sintetiza as possibilidades de evolução da capitania de Minas Gerais.

Nesse trabalho nos propomos estudar a hierarquização social local em sua evolução ao longo do período, com a finalidade de compreender tanto os mecanismos que a explicavam como a maneira pela qual a mesma viu-se afetada pelas transformações ocorridas então.

Em sua dissertação, António Carlos Jucá teve como uma de suas preocupações centrais o estudo da estrutura social diferenciada existente em Magé⁷ na segunda metade do século passado. A intenção foi a de mostrar que a hierarquização social existente numa região voltada para o abastecimento do mercado interno era semelhante, em seu caráter excludente, a daquelas ligadas à agroexportação, tratando-se portanto de um traço estrutural da sociedade escravista. Para além disso, buscou estudar também a racionalidade econômica vinculada aos grupos sociais mais

⁵ O trabalho que melhor apresenta tais preocupações para Minas é o de Carla Almeicla: ALMEIDA, Caria M. Carvalho de. "Homens ricos, homens bons: produção e hierarquização social em Minas colonial, 1750-1822". Niterói, UFF, 2001 (tese de doutorado), cap. 5.

⁶ Júnia Furtado buscou analisar a utilização de tais estratégias por parte da elite mercantil mas, até porque não era sua pretensão, não se dedicou ao estudo dos demais grupos sociais: FURTADO, Júnia F. *Homens de negócio: a interiorização da Metrópole e do comércio nas Minas setecentistas*. São Paulo: HUCITEC 1999.

significativos da população livre, camponeses e grandes fazendeiros. O interessante nesse trabalho foi a possibilidade de analisar como essas diferentes racionalidades comportaram-se no momento em que o escravismo vivia sua etapa final, obrigando assim os diversos segmentos sociais a buscarem formas de manter suas posições na sociedade. Essa análise permitiu-o ver como estas diferenças eram marcantes, e que as características e o ritmo da sociedade em geral estavam muito vinculados à importância que cada um desses segmentos assumia.

Em relação à região e período aqui considerados interessa-nos apreender, como dissemos acima, de que forma a diferenciação social aí existente se modificou ao longo-do tempo. O fato de que essa área estivesse então ainda em seu período formativo abre-nos um amplo leque de possibilidades de estudo.

Por outro lado, parece-nos haver uma concentração excessiva dos estudos realizados no século XIX ou, quando muito, chegando-se à segunda metade do anterior. Conseqüentemente, as informações disponíveis sobre o restante do período escravista são muito poucas e dispersas, impedindo-nos a formação de um quadro amplo da estrutura social brasileira que fuja dos grandes traços gerais.

⁷ SAMPAIO, Antônio Carlos J. de, op.cit. Cap. 2 e 3.

Outro ponto é analisar a forma como se inseria nesta sociedade o campesinato, considerado por nós parte significativa da população marianense e mineira de então.

Dentro desse tema da hierarquização social, outra preocupação central nossa foi a de estudarmos a situação do homem livre pobre no período colonial. Um assunto que tem ainda pouca tradição no contexto historiográfico brasileiro, apesar do evidente progresso dos últimos anos ⁸. Considerado por boa parte dos historiadores como algo marginal, um "desclassificado", o homem livre pobre vai aos poucos conquistando seu espaço. Merecido, por sinal, já que estamos falando da maioria da população brasileira desse período⁹.

Interessa-nos aqui conhecer sobretudo a pobreza rural, por conta da importância da mesma no contexto colonial. Neste sentido, ganha importância a utilização do conceito de "camponês" para uma melhor apreensão dessa realidade.

⁸ Entre outros: CASTRO, Hebe M. G.de, *Ao sul da história*. São Paulo: Brasiliense, 1987;

_____. "A cor inexistente: os significados da liberdade no sudeste escravista (Brasil, século XIX)." Niterói, UFF, 1993 (Tese de doutorado); FARIA, Sheila de Castro. *A colônia em movimento: fortuna e família no cotidiano colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998; MONTEIRO, John M. *Negros da terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo*. São Paulo: Cia. das Letras, 1994 (principalmente o Capítulo 6); COSTA, Dora R, "Posse de escravos e produção no agreste paraibano: um estudo sobre Bananeiras, 1830-1888." Campinas, UNICAMP, 1992 (Dissertação de mestrado).

⁹ MERRICK, Thomas W. & GRAHAM, Douglas H. *População e desenvolvimento econômico no Brasil*, Rio de Janeiro: Zahar, 1985.

Segundo Ciro Cardoso¹⁰, quatro características principais definem, do ponto de vista económico, a estrutura camponesa; "1) acesso estável à terra, seja em forma de propriedade, seja mediante algum tipo de usufruto; 2) trabalho predominantemente familiar - o que não exclui, em certos casos e circunstâncias, o recurso a uma força de trabalho adicional, externa ao núcleo familiar; 3) economia fundamentalmente de subsistência, sem excluir por isto a vinculação (eventual ou pennisante) ao mercado; 4) certo grau de autonomia na gestão das atividades agrícolas, ou seja, nas decisões sobre o que plantar" e quando, de que maneira, sobre a disposição dos excedentes eventuais, etc." A estas características acrescentaríamos somente mais uma, ao nosso ver consequência das demais: a existência de uma racionalidade económica própria, voltada para a preservação e reprodução da unidade camponesa.

Dentro da perspectiva por nós assumida, a posse ou não de cativos não é elemento central de definição. A esse respeito, o que importa saber é se essa posse terá ou não influência significativa na estrutura e reprodução da unidade económica considerada. Hebe de Castro¹¹ mostra-nos que um pequeno agricultor, proprietário de até 3 escravos aproximava-se, em termos sociais, muito mais daquele que não os possuía (até porque tal posse não era uma coisa tão rígida) do que de um grande produtor escravista. Além disso, essa posse ou não de cativos ligava-se ao ciclo de vida desse mesmo

¹⁰ CARDOSO, Ciro F.S. *Escravo ou camponês? O prolocampesinato negro nas américas*. São Paulo: Bnisilicse, 1987, pp.56-57. Para urna definição de campesinato, ver também: CHAYANOV, A.V., *La organizacion de la unidad económica campesina*. Buenos Aires: Nueva Vision, 1974.

agricultor.

Em outras palavras, era muito mais provável que o proprietário de escravos tivesse filhos já em plena idade produtiva, enquanto os não-proprietários seriam aqueles que haviam acabado de formar sua unidade familiar ou que tinham filhos em idade ainda improdutiva (excetuando-se aí os casos em que os escravos fossem finto de herança, se bem que mesmo aí a posse ou não de cativos ligava-se ao ciclo de vida).

Realizando o mesmo tipo de estudo para o caso de Magé, vimos que o campesinato não só constituía aí a mais imoitante parcela da população local, como era dotado de um racionalidade própria, muito distinta daquela da empresa escravista. Duas diferenças parecem ser fundamentais na comparação entre as duas esferas. A primeira refere-se à própria origem do capital. Enquanto na empresa escravista este tem sua origem primeira na atividade mercantil, na agricultura camponesa o capital social básico vai ser a família, já que é o acesso a esta que vai permitir, ai sim, a acumulação do capital propriamente dito. Essa diferenciação é importante porque vai marcar as diferentes estratégias de reprodução dos dois grupos. No caso da empresa escravista essa reprodução vai se dar geralmente através do retorno constante à atividade mercantil¹⁴. Já em relação

¹¹ CASTRO, Hebe M. de, "Trabalho familiar e escravidão: um ensaio de interpretação a partir de inventários 'post-moriern'". Cadernos cio ICHF, n. 23. Niterói. UFF, 1990 (mimeografado), pp. 1-53.

¹² SAMPAIO, Antônio Carlos J. de, *op.cit.*, Cap. 3.

¹³ A esse respeito, ver: FRAGOSO, João, *Homens de grossa aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998. É claro que sabemos que boa parte das empresas escravistas, sobretudo das menores, podiam ter sua origem numa herança recebida ou no dote (o que é equivalente), mas mesmo nesse caso vamos ver que a origem primeira do capital vai estar nas atividades mercantis.

à unidade econômica camponesa, sua reprodução vai se basear sobretudo no acesso à família e nas relações sociais daí advindas, É claro que não pretendemos com isso estabelecer uma dicotomia absoluta entre os dois setores. Sabemos, por exemplo, que a elite escravista utilizava também outros mecanismos, de natureza não-mercantil, para garantir sua reiteração ao longo do tempo. O que me parece mais importante enfatizar aqui é a diferença em termos de acesso às distintas possibilidades de acumulação por parte dos dois grupos.

A segunda diferenciação fundamental, e que é fruto da primeira, refere-se às atividades econômicas desenvolvidas por ambos os grupos. Assim, enquanto a elite agrária tendia a diversificar suas aplicações, sobretudo em épocas de crise da atividade rural, o setor camponês era essencialmente agrário, e sua evolução prendia-se mais estreitamente às transformações ocorridas na área rural. Essa diferença de padrões ficou bem clara no estudo de Antônio Carlos Jucá sobre Magé, onde a crise do escravismo significou, para a elite agrária local, a necessidade de se diversificai- os investimentos, enquanto o campesinato manteve suas inversões na atividade agrícola, embora transferindo a ênfase que antes recaía sobre os escravos para os investimentos em terras¹⁵.

¹⁴ *Idem, Ibidem*: ver também: FARIA, Sheila de C. *op.cit.*, Cap. III, onde a autora mostra que era comum o casamento uc limas de senhores de engenho da região de Campos dos Goitacazcs com grandes comerciantes.

¹⁵ SAMPAIO, Antônio Carlos Jucá de, *op.cit.*, Cap. 3. Para um estudo mais detalhado sobre os investimentos da elite agrária e sua evolução no período, ver também o capítulo 2.

A partir dessas considerações parece-nos evidente que a nossa preocupação maior não é a de manter a pretensa "pureza" do conceito de camponês (na verdade usado para explicar as mais distintas realidades, sobretudo na América Latina), mas sim adaptá-lo à realidade encontrada no Brasil. Torná-lo, enfim, um instrumento útil para pensarmos a experiência concreta de vida de um grupo social específico, distinto dos demais que compunham a sociedade escravista brasileira.

Partindo dos trabalhos dos autores aqui apresentados e das opções teóricas explicitadas, estabelecemos três hipóteses que nortearam nossa pesquisa. A saber:

- 1-A sociedade marianense apresentou, desde o início de sua conformação, uma hierarquização social fortemente excludente.
- 2-O principal mecanismo de produção e reiteração dessa hierarquia social era a atividade mercantil, vinculada ou não a outras atividades.
- 3- A produção contínua da exclusão social, desde o início da ocupação da região, gerou uma enorme população livre pobre, cuja imensa maioria constituía um campesinato de peso considerável na região.

Fontes e metodologia

Nossa intenção nessa pesquisa foi a de utilizar os métodos mais tradicionais da história económica e social, trabalhando com os inventários "*post-mortem*" como fonte principal.

Em termos quantitativos, levantamos todos os inventários pertencentes à região em tela, iniciando em 1713 (não há registros anteriores) até 1730, depois de 1735-40 e por último de 1740-49. O levantamento teve essa subdivisão levando em conta amostras de +/- 30 inventários por período, fato que excluiu o ano de 1750. Ao final do levantamento contamos com um total de 107 inventários.

Embora tivéssemos planejado trabalhar também com as escrituras de compra e venda de alguns inventariados, a fim de termos uma visão de mercado em movimento, esbarramos com problemas práticos: a reforma da Casa Setecentista de Mariana, fato que impossibilitou o acesso aos documentos por um período de aproximadamente seis meses.

O trabalho com estas fontes, conforme a metodologia explicitada, permitiu-nos, conforme acreditamos, fornecer à historiografia brasileira novos dados sobre a situação do homem livre pobre.

Capítulo I - Trajetória historiográfica sobre Minas colonial

Para tratar do tema por nós proposto nos pareceu de fundamental importância traçar um quadro geral dos trabalhos relativos ao período colonial brasileiro, dando maior ênfase às correntes que trataram sobre a sociedade e economia mineiras.

As análises que interpretaram o Brasil sob o domínio do senhor sobre seus escravos, mas que levavam em consideração somente às determinações externas, tiveram origem na linha historiográfica que só percebeu importância nas atividades vinculadas à exportação. Tanto Roberto Simonsen¹ quanto Celso Furtado² buscavam os traços "essenciais" da sociedade brasileira, que ajudassem a explicar a sua realidade atual. Para Simonsen tudo que estivesse à sombra da economia de exportação não poderia gerar qualquer desenvolvimento econômico de peso considerável. Celso Furtado não

¹ SIMONSEN, Roberto C. *História econômica do Brasil*. São Paulo. Ed. Nacional: Brasília: INL, 1977.

fugiu muito das idéias de Simonsen. sendo ambos influenciados pela noção de determinação das conjunturas externas sobre a realidade brasileira. Outra autora que não escapa a essa linha de interpretação é Mafalda Zemella³, que considerava insignificante as atividades voltadas para o mercado interno. Caio Prado Jr. e mais tarde Fernando Novais⁴ são autores que também vão participar desse modelo de interpretação. Entendem o comércio interno como ordinário, e os comerciantes brasileiros que nele atuavam, também⁵. Os homens livres pobres e a "agricultura de subsistência" por estes praticada eram, ambos, absolutamente marginais. Para Caio Prado, a "mediocridade da agricultura de subsistência" dirigiria para esta, através de uma "seleção social, económica e moral" as "categorias inferiores da colonização"

A primeira crítica sistemática a esse modelo veio de Ciro Cardoso ⁶, ainda na década de 70. Segundo esse autor, o grande problema dessa corrente teórica estava na sua raiz, ou seja, na ideia de que a realidade brasileira só podia ser compreendida a partir dos impulsos externos que recebia. Para Cardoso, embora aquilo que ele chamava de "fato colonial" fosse inegável, para se compreender a realidade brasileira (e latino-americana em geral) era

² FURTADO, Celso. *Formação económica do Brasil*. São Paulo: Cia Editora Nacional. 1986:

³ ZEMELLA, Mafalda. *O abastecimento da capitania de Minas Gerais no século XVIII*, São Paulo: U SP/Faculdade de filosofia, Ciências e Letras. 1951.

⁴ PRADO JR., Caio. Op.cit.; NOVAIS, Fernando A. *Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial (1777-1808)*. São Paulo: HUCITEC. 1986.

⁵ PRADO JR., Caio, *História económica...*, pp. 113-119.

⁶ Alguns dos trabalhos do autor sobre o tema: CARDOSO, Ciro F.S.. "Sobre los modos de producción esclavista colonial en América." In: ASSADOURIAN, Carlos S. *et alii. Modos de producción en América Latina*. México. Siglo XXI, 1973: _____. "As concepções acerca do 'sistema económico mundial' e do 'antigo sistema colonial': a preocupação excessiva com a 'extração de excedente'." In; LAPA, José de A.(Org.), *Modos de produção e realidade brasileira*. Petrópolis, Vozes. 1980.

preciso levar em conta também os fatores internos a cada região e época, que influenciavam na conformação das estruturas econômico-sociais aí surgidas. Em outras palavras, as colônias latino-americanas eram sociedades no sentido forte do termo, e não o "simples prolongamento de sistemas maiores", como queria Celso Furtado⁷. Foi a partir dessas críticas que Cardoso criou o conceito de "modo de produção escravista colonial". Um modo de produção específico, dependente, que enviava grande parte do excedente gerado para a economia metropolitana.

No final dessa década e início da seguinte, novos autores vieram participar da polémica, como António Barros de Castro, Jacob Gorender, João Cardoso de Mello⁸, etc. Dentre esses, destacou-se o trabalho de Gorender, por sua tentativa de criar um modelo explicativo do escravismo colonial com o estabelecimento das leis que o regeriam.

O trabalho que acabará por sintetizar tais contribuições num novo esforço de interpretação teórica é o de João Fragoso⁹. Sua principal contribuição localiza-se, sem dúvida, na comprovação da existência de uma acumulação de capitais interna e na explicitação dos mecanismos que transformavam tal acumulação em mecanismo de reiteração da sociedade escravista e de seu caráter excludente. Ele demonstra que o

⁷ FURTADO. Ceteo, pp.ciU p.95.

⁸ CASTRO. António B., "As mãos e os pés do senhor de engenho; dinâmica do escravismo colonial" In: PINHEIRO, P.S.(Coord.). *Trabalho escravo, economia e sociedade*. Rio de Janeiro, Paz e terra, 1984; GORENDER. Jacob. *O escravismo colonial*. São Paulo. Ática. 1988 (5a.ed.). MELLO. João M.C. de. *O capitalismo tardio*. São Paulo. Brasiliense. 1988 (7a.e&).

⁹ FRAGOSO. João L.R.. "Comerciantes ...". op. Cit..

escravismo dependia da profunda hierarquização estabelecida entre os homens livres, somente essa hierarquização social de caráter excludente. permitia a contínua recriação de sistemas agrários.

Um problema que encontramos, para uma melhor discussão historiográfica e talvez mais específica sobre a região e período aqui analisados, foi a falta de trabalhos relativos a primeira metade do século XVIII. Quando coincide o período, a região é outra e vice e versa. Um trabalho que aproxima bastante de nossa análise é o de Carla Almeida, mas para um período posterior ao nosso, período de pós-auge da mineração. O que temos em mãos são os nossos levantamentos que, analisados, traçam linhas bastante gerais sobre a economia e sociedade mineira. Montamos assim a tabela 1 a fim de visualizarmos melhor a hierarquia existente entre os homens livres na Mariana do século XVIII.

TABELA 1: PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL DOS PRINCIPAIS ITENS DOS INVENTÁRIOS POR GRUPO E SUBPERÍODO (1701-1750)

Ano	Grupo	B. móveis	B. raiz	Animais	Escravos	D. ativa	Dinheiro	D. pass.
1713 / 1730	A	2,30	29,19	1,06	48,91	18,31	0,22	30,07
	B	5,22	11,99	1,01	39,99	41,46	0,33	27,19
	C	4,77	11,18	1,85	63,97	18,08	0,15	37,08
Total		3,70	20,30	1,19	48,75	25,81	0,24	30,41
1735 / 1740	A	6,66	31,88	2,64	57,89	0,94	-----	20,88
	B	6,01	18,47	1,68	40,02	0,65	0,19	25,39
	C	5,47	16,52	1,50	61,52	12,08	2,90	27,04
Total		6,04	21,97	1,92	56,11	13,14	0,82	24,35
1745 / 1749	A	4,47	35,57	0,22	46,23	13,50	-----	-----
	B	6,83	23,51	2,10	44,81	22,74	-----	14,64
	C	9,14	15,12	1,30	50,81	23,40	0,22	3,16
Total		7,13	23,40	1,25	47,67	20,46	0,09	5,86

Fontes: Inventários *post-mortem* do 1º ofício da CSM.

Grupo A: +15:000\$000 réis; Grupo B: 5:000\$000 a 15:000\$000 réis; Grupo C: -5:000\$000 réis

Observações: B. Móveis: bens móveis; B. raiz: bens de raiz; D. ativa: dívida ativa; D. pass.: dívida passiva

Através da aglomeração dos dados levantados em grupos de fortunas, pudemos definir um perfil, ainda que aproximado, da sociedade em tela. Separamos de acordo com o tamanho de sua fortuna e em três períodos definidos de acordo com um número mínimo de documentos (+/- 30 inventários por subperíodo). montando assim um esboço das hierarquias sociais junto à população livre. Como estamos trabalhando com um montante de 107 processos - universo pequeno de dados - esses percentuais indicam tão somente tendências e perfis mais gerais. A percepção de uma maior investimento em escravos e bens de raiz estava diretamente ligada

manutenção do sistema agrário. Usamos aqui o termo "bens de raiz" englobando não só as terras, mas também as plantações e construções já que apareciam indissociáveis na documentação. Uma primeira constatação é o baixo percentual de dinheiro, partindo de 0,15% para no máximo 2.90%, fato que demonstra a pouca circulação monetária. Carla Maria Carvalho de Almeida cita em sua dissertação de doutorado, para um período logo posterior ao aqui analisado, que os índices variavam de 0,07% a 4,37% entre 1750-1822:

Em uma região onde a extração aurífera fora a razão de ser de sua ocupação, causa espanto uma escassez tão grande de moeda e metais preciosos em circulação.¹⁰

Os bens mais importantes no levantamento das fortunas mineiras são sem dúvida os escravos, os bens de raiz e as dívidas ativas (observados em ordem decrescente). Com um peso significativo temos os escravos com uma variação de 39.99 até o limite de 63.97%. entre os três subperíodos definidos; permaneceram na frente dos bens de raiz durante todo o período. Em se tratando de uma sociedade escravista não poderia ser diferente o maior grau de investimento em cativos. O que percebemos no primeiro subperíodo é um investimento grande do grupo A em escravos, bens de raiz e dívidas ativas, respectivamente 48.91%, 29,19% e 18.31%. Já o grupo B distorce essa ordem, investindo 39.99% em escravos e 41,46% em dívidas ativas. Por último o grupo C investindo mais da metade de seus bens em escravos, ou seja,

¹⁰ ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de. "Homens ricos...". p. 173.

63,97%. Esses dados são uma constante para os outros dois subperíodos, exceto quanto às dívidas ativas do intervalo de 1735-40 que tem uma queda considerável, chegando a um total de 13,14%. infelizmente esse é um dado que não possuo parâmetros para explicá-lo.

Procuramos até aqui delimitar traços gerais da economia predominante na região de Mariana durante a primeira metade do século XVIII. O que constatamos não difere do encontrado por João Fragoso¹¹ e António Carlos Jucá de Sampaio . mesmo que para outras regiões e períodos: baixa circulação de dinheiro e produção extensiva. O que esta comparação deixa claro é o caráter estrutural da concentração de riqueza, já apontada por Fragoso, e que era fundamental para a manutenção de um sistema social cujas relações de produção eram também de poder.

¹¹ FRAGOSO, JoãoL.R. "Comerciantes..."

¹² SAMPAIO. António Caiios jucá de. "Mago *m* crise do escravismo*, sistema agrário e evolução económica na produção de alimentos (1850-1888)". Niterói. UFF. 1994. (Dissertação de mestrado) cap. II.

Capítulo II - Hierarquização social em Mariana

Com a análise dos inventários *post-mortem* encontramos dois indivíduos como exemplos de casos extremos da hierarquização social marianense. Numa ponta temos Maria de Godoi Moreira, mulher casada, residente em São Sebastião - freguesia de Mariana. Casada que foi com Bernardo Espindola e Castro - seu inventariante - teve com ele quatro filhos, mencionados no ano de sua morte (1727) como tendo entre 08 e 12 anos. Faleceu sem deixar testamento. Sendo assim não pudemos saber mais sobre sua naturalidade ou de onde veio tal fortuna, além de outras informações mais relevantes. Consta no processo uma fortuna total ou monte-mor no valor de 34:717S825 réis investidos, em ordem decrescente, em escravos, dívidas ativas e bens de raiz.¹ Noutra ponta temos André Pereira de Faria falecido

¹ Inventário *post-mortem* de Maria de Godoi Moreira - CSM - !º ofício, códice 21. auto 573, ano de 1727.

em 1746. Homem solteiro, natural de São Sião da Villa Boa, termo de Barcellos, e residente no arraial do Pinheiros em Mariana. Deixou testamento no qual pudemos saber para quem deixava seus bens. Na verdade o único bem que possuía no momento de sua morte eram 7\$150 réis em ouro lavrado, mas já com uma dívida de 5\$400 réis a ser paga a Antônio Bernardo da Silva. Consta que deixa líquido 1\$750 réis para seu pai Domingos Afonso Costa." Em nossa amostragem foi o homem de menor fortuna encontrado. A única ponta que unia esses dois casos extremos era a de pertencerem à mesma região, podendo assim exemplificar a diferença ou desigualdade nos processos de acumulação dos indivíduos desse período. Análises feitas quanto à distribuição de riquezas através do peso das atividades e bens económicos permitem explicar a situação desses casos que apresentei. E o que tentamos definir ao longo desse capítulo. Para tal criamos as tabelas nº 2, 3, 4 e 5 que definem a composição das fortunas encontradas por nós na amostragem dos inventários. Com isso pudemos fazer considerações gerais e também avaliar as diferenças de peso dos bens que compunham as fortunas.

² Inventário *past-mortsm* da André Pistára tis. Fana - CSM – 1º ofício, código 136. auto 2839. ano de 1746.

TABELA 2: PARTICIPAÇÃO DOS GRUPOS DE FORTUNAS NOS PRINCIPAIS ITENS DOS INVENTÁRIOS (1701-1730). VALORES EM RÉIS.

Grupo	Nº inv.	%	F. Total	%	B. Móveis	%	B. raiz	%
A	07	16	143:402\$450	49	3:301\$500	31	41:856\$750	71
B	13	30	95:034\$270	33	4:958\$025	46	11:397\$750	19
C	23	54	53:161\$595	18	2:537\$635	24	5:943\$375	10
Total	43	100	291:598\$315	100	10:797\$160	100	59:197\$875	100

Animais	%	Escravos	%	Div. Ativa	%	Dinheiro	%
1:524\$000	44	70:144\$500	49	26:257\$700	35	318\$000	45
958\$500	28	38:007\$000	27	39:398\$745	52	314\$250	44
984\$000	28	34:008\$195	24	9:610\$390	13	78\$000	11
3:466\$500	100	142:159\$695	100	75:266\$835	100	710\$250	100

D. Pass.	%
43:121\$610	49
25:843\$335	29
19:710\$863	22
88:675\$808	100

Fonte: ver tabela 1.

TABELA 3: PARTICIPAÇÃO DOS GRUPOS DE FORTUNAS NOS PRINCIPAIS ITENS DOS INVENTÁRIOS (1735-1740). VALORES EM REIS.

Grupo	Nº inv.	%	F. Total	%	B. Móveis	%	B. raiz	%
A	03	9	58:217\$250	30	3:875\$250	11	18:558\$000	44
B	10	30	84:943\$285	44	5:062\$305	34	15:556\$625	37
C	20	61	48:894\$105	25	2:673\$330	55	8:079\$500	19
Total	33	100	192:054\$640	100	11:610\$885	100	42:194\$125	100

Animais	%	Escravos	%	Div. Ativa	%	Dinheiro	%
1:534\$500	42	33:705\$000	31	544\$500	2	-----	0
1:417\$500	38	43:966\$500	41	18:782\$765	74	1:57\$590	10
735\$825	20	30:082\$000	28	5:905\$200	24	1:418\$250	90
3:687\$825	100	107:753\$500	100	25:232\$465	100	1:575\$840	100

D. Pass.	%
12:154\$980	26
21:383\$937	46
13:219\$700	28
46:758\$617	100

Fonte: ver Tabela 1

TABELA 4: PARTICIPAÇÃO DOS GRUPOS DE FORTUNAS NOS PRINCIPAIS ITENS DOS INVENTÁRIOS (1745-1750). VALORES EM RÉIS.

Grupo	Nº inv.	%	F. Total	%	B. Móveis	%	B. raiz	%
A	01	3	33:720\$375	28	1:506\$375	17	12:000\$000	42
B	6	19	37:956\$999	31	2:594\$040	30	8:924\$785	31
C	24	77	50:213\$585	41	4:590\$180	53	7:593\$625	27
Total	31	100	121:890\$959	100	8:690\$595	100	28:518\$410	100

Animais	%	Escravos	%	Div. Ativa	%	Dinheiro	%
75\$000	5	15:588\$000	27	4:551\$000	18	-----	0
798\$000	52	17:008\$174	29	8:632\$000	35	-----	0
651\$375	43	25:515\$000	44	11:751\$255	47	112\$150	100
1:524\$375	100	58:111\$174	100	24:934\$255	100	112\$150	100

D. Pass.	%
-----	0
5:555\$205	78
1:586\$560	22
7:141\$765	100

Fonte: ver Tabela 1.

TABELA 5: PREÇO MÉDIO, NUMERO MEDJO E RAZÃO DE MASCULINIDADE DOS CATIVOS POR INVENTÁRIO (1701-1750).

ANOS	P.M.	M/I	RM
1701-1730	203\$128	17,2	261.8
1735-1740	154\$730	21,3	290.7
1745-1750	143\$223	14,2	230,8

Obs.: P.M: preço médio

M/I: número médio por inventário

RM: razão de masculinidade

Fonte: ver tabela 1.

Definimos os grupos de fortunas a partir da realidade local e com base na divisão feita por António Cai-los Jucá em seu estudo sobre Magé.³ O grupo A definido como indivíduos possuidores de uma fortuna acima de 15 contos de réis; os de média fortuna entre 5 e 15 contos de réis no grupo B; e os de pequena fortuna de no máximo 5 contos no grupo C. Uma primeira análise que os dados nos permitem fazer é a constatação de um afinilamento dos indivíduos do grupo A ao longo dos três subperíodos: temos no primeiro subperíodo 07 indivíduos com fortunas acima de 15 contos, no segundo esse número cai para 03 e chega no último subperíodo com apenas 1 indivíduo, ou seja, são 10% da população controlando 39% de toda a fortuna do período. Num total de 107 inventários apenas 1 í pertencem ao grupo A e dentre estes somente 03 ultrapassam a marca dos 20 contos. O mais surpreendente é que são 03 mulheres. A já mencionada Maria de Godoi Moreira. Joanna da Costa Camargos casada com Diogo de Souza Falcão, que faleceu em 1736 na região de São Sebastião freguesia de Mariana. Deixou toda sua fortuna avaliada em 26:266\$500 réis para uma única herdeira -

Catherina de Souza de 22 anos. Sua fortuna consistia em jóias valiosas, bestas de carga, equipamentos para engenho de aguardente e um plantel de 90 escravos⁴. E por último temos Mariana Corrêa de Oliveira, casada com o inventariante, capitão mor Joaquim Pinto Alves, falecida em 1748 no Morro de Paragem. Apesar de abastada, aproximadamente 34 contos de réis, sua fortuna foi partilhada entre seus 11 filhos⁵. O destino dessa família não tios foi possível identificar nesse trabalho, mas é fato interessante em si considerando que um dos requisitos na avaliação dos "homens bons" era serem afortunados ou terem algum antepassado de prestígio. Segundo Sheila de Castro Faria:

Pobreza e prestígio podiam, em muitos casos, andar Juntos. A brancura da pele, a existência de fortuna anterior e parentes próximos ricos podem definir um lugar social melhor do que lenam, caso somente a fortuna individual fosse considerada⁶

Retomando a análise dos itens de maior investimento, escravos e bens de raiz considerados por nós como pontos nevrálgicos para a reprodução do sistema agrário, o grupo A ao controlá-los, tem a capacidade de ditar a forma com que essa reprodução se dá. Por outro lado temos um menor investimento dessa elite nos outros itens - como por exemplo nos bens móveis - preferindo concentrar-se naquilo que permite a continuação da atividade agrária

³ SAMPAIO, Antônio Carlos Jucá de., "Magé . . .". op.cit. p. 67-71.

⁴ Inventário *posi-mortem* de Joamia da Costa Camargos - CSM - 1ºofício, código 13. auto 431, ano de 1736.

⁵ Inventário *post-mortem* de Mariaina Corrêa de Oliveira - CSM - 1º ofício, código 46. auto 1050. ano de 1748.

⁶ FARIA. Sheila de Castro, op.cit. p. 206.

escravista. Sendo assim esse grupo permite um maior predomínio dos outros grupos (B e C) nesses ativos.

Os baixos investimentos em animais e ferramentas, estas embutidas nos percentuais dos bens móveis, podem ser entendidos como uma baixa valorização da produção de alimentos ainda que começassem a pesar as lavras auríferas, que também utilizavam esses mesmos itens. Consideramos mais como referência a um tipo de economia mais dependente da incorporação de terras e mão-de-obra. do que propriamente ao aprimoramento técnico. Como exemplo disso verificamos a presença dos mesmos instrumentos de trabalho tanto de grandes quanto pequenas propriedades: machados, enxadas, foices, almocafres. alavancas. Percebe-se assim uma forma extensiva de produção, tendo em mente a facilidade na agregação de novas terras, a uma oferta constante de mão-de-obra a custos baixos e à fertilidade do solo. Outro ponto importante diz respeito ao sistema de crédito, ou seja, ao alto grau de endividamento nessa sociedade, fato que não é novidade na historiografia sobre Minas colonial. Júnia Ferreira Furtado demonstra a existência dessa rede de endividamento para o século XVIII, controlada pelos comerciantes:

(...) junto deste comércio externo, desde de cedo se formou nas Minas uma rede. de abastecimento Interna, baseada, principalmente, na agricultura de alimentos, pecuária, engenhos de cana e aguardente e até mesmo a produção de tecidos grosseiros.⁷

A autora cita o quanto era útil esse sistema de endividamento para a coroa já que a ela devia a cobrança dos quintos (tendo o ouro como moeda), a

⁷ FURTADO. Júnia Ferreira, op.cit. p. 199-200.

venda de seus produtos, além de taxas diversas e o que ela chamou de multitributação. Quanto ao grupo B de fortuna, vamos defini-lo como intermediário entre os dois pólos da riqueza. Em si considerando que são 27% do total dos processos como detentores de 36% das fortunas totais. Seu perfil de investimento é bastante parecido com o grupo A em se tratando de cativos, quanto a bens de raiz o percentual é baixo. A diferença maior se dá em relação às dívidas ativas bastante elevadas no primeiro e terceiro subperíodo. Já as dívidas passivas fica difícil uma análise mais apurada devido ao fato de que a partir de 1748 não há referência às mesmas nos inventários. Temos por último o grupo C os representantes da pobreza local (ainda que como já disse não se trate de toda a população). São 63% da população controlando apenas 25% da riqueza total. É um grupo que tem pouco a investir; e o que tem é destinado a obtenção do que era considerado na época como bem mais valioso, ou seja, o escravo. O maior percentual de investimento em escravos durante todo o período aqui levantado, é do grupo C. Esse percentual varia de 50,81% a 63,97%. Outra constante é o baixo investimento em bens de raiz. Esse setor é o que tem o maior grau de endividamento, percebido somente nos dois primeiros subperíodos (como já disse não temos referência destes depois de 1748). Como consequência temos um empobrecimento ainda maior deste a longo prazo. A partir do que foi exposto é bem visível o elevado nível de concentração de riqueza encontrado, bem como a hierarquização social daí decorrente.

Conclusão

A sociedade mananense vista nesse trabalho apresentou, como sua principal característica, uma profunda hierarquização social, fruto de características mais gerais da sociedade escravista. Esta hierarquização tinha um caráter excludente porque representava também o controle, exercido por uma pequena elite, da maior parte da riqueza gerada, principalmente dos ativos que eram mais importantes; os escravos e os bens de raiz. Ou seja, essa elite controlava a própria reprodução dessa sociedade.

No que diz respeito à organização econômica da região, algumas constatações são interessantes; o fato de que era o cativo a propriedade mais valorizada nesta sociedade e que, portanto, funciona como o melhor parâmetro para medir a riqueza de um homem livre neste período; e a existência de vários tipos de instrumentos de trabalho e bens de raiz em um único inventário, indicando a diversidade das atividades econômicas.

Encontramos uma sociedade que consegue se reproduzir a partir da exclusão da maioria de sua população, fato que gerou um enorme contingente de livres pobres, cuja maioria constituía um campesinato de peso considerável na região. Essa exclusão para a população pobre não significava necessariamente não ter propriedades; significava sim a impossibilidade de atuação importante numa macroeconomia, uma vez que não exercia qualquer controle sobre os meios de comercialização ou mesmo nos principais fatores da produção: terras e homens.

Bibliografia

- ALENCASTRO. Luiz Felipe de. *O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul*. São Paulo, Companhia das Letras, 2000.
- ALMEIDA. Carla M. Carvalho de. "Homens ricos, homens bons: produção e hierarquização social em Minas colonial, 1750-1822". Niterói, UFF, 2001 (tese de doutorado).
- ALMEIDA. José Raimundo Correia de. "Traços gerais do sistema de comércio português no Atlântico - esboço de caracterização (1475-1750)". in: *Primeiras jornadas de história moderna*. Lisboa, s/d, pp. 951-972.
- ALVES, Maurício Martins. "Caminhos da pobreza - a manutenção da diferença em Taubaté (1680-1729)". Rio de Janeiro, UFRJ, 1995 (Dissertação de Mestrado).
- ARRUDA, José Jobson de A. *O Brasil no comércio colonial* São Paulo. Ática, 1980.
- BICALHO, Maria Fernanda Baptista. "A Cidade e o Império: o Rio de Janeiro na dinâmica Colonial Portuguesa. Séculos XVII e XVIII." São Paulo, USP 1997 (Tese de doutorado).
- BLAJ. Ilana. "A trama das tensões: o processo de mercantilização de São Paulo colonial (1681/1721)". São Paulo, USP, 1995 (Tese de doutorado).

- BOSCHI, Caio C. "Nem tudo que reluz vem do ouro..," In: SZMRECSÁNYI, Tomás (Org.) *História econômica do período colonial*. São Paulo, HUCITEC. 1996, pp. 57-66.
- BOSERUP, Ester. *Evolução agrária e pressão demográfica*. São Paulo, HUCITEC/Polis, 1987.
- BOXER, C. R. *A idade de ouro do Brasil* (dores de crescimento de uma sociedade colonial). São Paulo, Companhia Editora Nacional 1963, 2ª edição.
- _____. *O Império marítimo português, 1415-1825*. Lisboa. Edições 70, 1992, 2ª edição.
- CARDOSO. Ciro Flamarion Santana. *Agricultura, escravidão e Capitalismo*. Petrópolis. Vozes. 1979.
- _____. *Escravo ou camponês? O protocampesinato negro nas Américas*. São Paulo. Brasiliense, 1987.
- CARRARA, Angelo Alves. "Agricultura e pecuária na Capitania de Minas Gerais (1674-1807)." Rio de Janeiro, UFRJ, 1997 (Tese de doutorado).
- CASTRO. Hebe Maria Mattos de. *Ao sul da história*. São Paulo, Brasiliense, 1987.
- _____. "A escravidão fora das grandes unidades agroexportadoras". in: CARDOSO, Ciro. *Escravidão e abolição no Brasil: novas perspectivas*. Rio de Janeiro. Jorge Zahar. 1988, pp. 32-45.

CHAVES. Cláudia Maria das Graças. "Comerciantes das Minas Setecentistas: a diversidade de atuação no mercado colonial". In: Cadernos de Filosofia e Ciências humanas, ano VI. n^a 10. Belo Horizonte, UFMG, 1998, pp. 135-143.

_____. *Perfeitos negociantes: mercadores das Minas Setecentistas*. São Paulo, Annablume, 1999.

FARIA. Sheila de Castro. *A colônia em movimento: fortuna e família no cotidiano colonial*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1998.

FERLINI, Vera Lúcia Amaral. *Terra, trabalho e poder: o mundo dos engenhos no Nordeste colonial*. São Paulo, Brasiliense, 1988.

_____. "Pobres do açúcar: estrutura produtiva e relações de poder no Nordeste colonial", In : SZMRECSÁNYI, Tamás (Org.) *História econômica do período colonial*. São Paulo, HUCITEC, 1996, pp. 21-34.

FISHER. H. E. S. *De Methuen a Pombal: o comércio anglo-português de 1700 a 1770*. Lisboa, Gradiva, 1984.

FLORENTINO. Manolo Garcia. *Em costas negras: uma história do tráfico atlântico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro (séculos XVIII e XIX)*. Rio de Janeiro, Arquivo Nacional. 1995.

FLORY. Rae Jean Dell. "Bahian society in the mid-colonial period: the sugar planters, tobacco growers, merchants, and artisans of Salvador and the Recôncavo, 1680-1725." Austin, University of Texas, 1978 (Tese de

doutorado).

FRAGOSO, João Luís Ribeiro. "Comerciantes, fazendeiros e formas de acumulação em uma economia escravista-colonial: Rio de Janeiro, 1790-1888." Rio de Janeiro, UFRJ. 1990 (Tese de doutorado).

_____. *Homens de grossa aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830)*. Rio de Janeiro, Arquivo Nacional 1992.

_____. "À espera das frotas: hierarquia social e formas de acumulação no Rio de Janeiro, século XVII." in: Cadernos do LIPHIS, nº. 1. Rio de Janeiro, UFRJ, 1995, pp. 53-62.

_____. "Hierarquias sociais e formas de acumulação no Rio de Janeiro (Brasil), século XVII". In: Colonial Latin American Review Vol. 6, Nº 2. Oxford. Carfax, 1997. pp. 151-164.

_____. "A nobreza da República: notas sobre a formação da primeira elite senhorial do Rio de Janeiro (séculos XVI e XVII)". in: Topoi -Revista de História, nº 1. Rio de Janeiro, PPGHS/UFRL 2000, pp. 45-122.

_____ & FLORENTINO, Manolo G. *O arcaísmo como projeto: mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil no Rio de Janeiro, c. 1790-c. 1840*. Rio de Janeiro, Diadorim, 1993.

_____; BICALHO, M. Fernanda; GOUVÊA, Maria de Fátima (orgs.). *O Antigo Regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira,

2001.

FURTADO, Júnia F. *Homens de negócio: a interiorização da Metrópole e do comércio nas Minas setecentistas*. São Paulo: HUCITEC. 1999.

GODINHO, Vítorino Magalhães. *Ensaio II*. Lisboa, Livraria Sá de Costa Editora, 1978, 2ª edição.

_____. *Estrutura da antiga sociedade portuguesa*. Lisboa, Editora Arcádia, 1980. 4ª edição.

_____. "As frotas do açúcar e as frotas do ouro, 1670-1770". in: *Mito e mercadoria, utopia e prática de navegar, séculos XIII-XVIII*. Lisboa, DIFEL, 1990, pp. 477-496.

GORENDER, Jacob. *O escravismo colonial*. São Paulo, Ática, 1988, 2ª edição.

GUIMARÃES, Carlos Magno & REIS, Liana Maria. "Agricultura e escravidão em Minas Gerais (1700/1750)." in: *Revista do Depto. De História da UFMG*. 1(2). Belo Horizonte. UFMG, 1986, pp. 7-36.

_____ & _____. "Agricultura e caminhos de Minas (1700/1750)." in: *Revista do Depto. De História da UFMG*, 1(2). Belo Horizonte, UFMG, 1986, pp. 85-99.

HANSON, Carl A. *Economia e sociedade no Portugal barroco, 1668-1703*. Lisboa. Publicações Dom Quixote, 1986.

KUZNESOF, Elizabeth Anne. "A família na sociedade brasileira: parentesco, Clientelismo e estrutura social (São Paulo, 1700-1980)." In:

- Revista Brasileira de História. São Paulo. ANPUH/Marco Zero, vol. 9, no. 17, setembro de 1988/fevereiro de 1989, pp. 37-64.
- LENHARO, Alcir, *As tropas da moderação*. São Paulo, Símbolo, 1979.
- LINHARES, M. Yedda, (Coord.). *História gerai do Brasil: da colonização portuguesa à modernização autoritária*. Rio de Janeiro, Campus, 1990.
- LUNA, Francisco Vidal & COSTA, Iraci Del Nero da. *Minas colonial: economia e sociedade*. São Paulo, FINE/Pioneira, 1982.
- MARTINIÈRE, Guy. "A implantação das estruturas de Portugal na América." In: MAURO, Frédéric (Coord.). *O Império Luso-Brasileiro, 1620-1750*. Lisboa. Editorial Estampa, 1991, pp. 93-264.
- MATTOSO, Kátia M. de Queirós. "Bahia opulenta: uma capital portuguesa no Novo Mundo (1549-1763)." IN: Revista de História, no. 114. São Paulo, USP, 1983, pp. 5-20.
- MAURO, Frédéric. ""Portugal y Brasil: estructuras políticas y económicas del Império. 1580-1750." ín: BETHELL, Leslie. *Historia de América Latina 2* (América Latina colonial: Europa y América en los siglos XVI, XVII, XVIII). Barcelona. Editorial Crítica, 1990, pp. 127-149.
- MAXWELL, Kenneth. *A devassa da devassa a Inconfidência mineira: Brasil e Portugal, 1750-1808*. São Paulo, Paz e Terra, 1995, 3ª edição.
- MELLO, Evaldo Cabral de. *A fronda dos mazombos*. São Paulo, Companhia das Letras, 1995.

MILLER, Joseph. "A economia política do tráfico angolano de escravos no século XVIII." In : PANTOJA, Selma & SARAIVA, José Flávio Sombra (Orgs.). *Angola e Brasil nas rotas do Atlântico Sul*. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1999, pp. 11-68.

MONTEIRO, John Manuel *Negros da terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo*. São Paulo, Companhia das Letras, 1994.

NOVAIS, Fernando A. *Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial (1777-1808)*. São Paulo, HUCITEC, 1986, 4ª edição.

NAZZARI, Muriel. "Dotes paulistas: composições e transformações (1600- 1870)." In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo, ANPUH/Marco Zero, vol. 9, no. 17, setembro de 1988/fevereiro de 1989, pp. 87-100.

_____. "Parents and daughters: change in the practice of dowry in São Paulo (1600-1770)". In: *Hispanic American Historical Review*, 70:4. Duke University Press, 1990, pp. 639-665.

OSÓRIO, Helen. "Estancieiros, lavradores e comerciantes na constituição da Estremadura portuguesa na América: Rio Grande de São Pedro, 1737- 1822." Niterói, UFF. 1999 (Tese de doutorado).

PEDREIRA, Jorge Miguel Viana. *Estrutura industrial e mercado colonial: Portugal e Brasil (1780-1830)*. Lisboa, DIFEL, 1994.

_____. "Os homens de negócio da Praça de Lisboa de Pombal ao

Vintismo (1755-1822): Diferenciação, reprodução e identificação , de um grupo social." Lisboa, Universidade Nova de Lisboa, 1995 (Tese de doutorado).

POLANYI, Karl. *A grande transformação*. Rio de Janeiro, Campus, 1980.

PRADO JR.. Caio, *História econômica do Brasil*. São Paulo, Brasiliense, 1990, 38ª edição.

_____. *Formação do Brasil contemporâneo*. São Paulo, Brasiliense, 1992, 22ª edição.

RAMIREZ. Susan E. *Patriarcas Provinciales: la tenencia de la tierra y la economía del poder en el Perú colonial*. Madrid, Alianza Editorial, 1991.

ROMANO, Ruggiero. "Fundamentos del funcionamiento do sistema econômico colonial". In: BONILLA, Heraclio (Ed.) *El sistema colonial en la América Española*. Barcelona, Editorial Crítica, 1991, pp. 239-280.

_____. *Coyunturas opuestas: la crisis del siglo XII en Europa e Hispanoamérica*. México D. F., Fondo de Cultura Económica, 1993.

RUSSELL-WOOD, A. J. R. *Fidalgos e filantropos: a Santa Casa da Misericórdia da Bahia. 1550-1755*. Brasília, Editora Universidade de Brasília, 1981.

_____. "El Brasil colonial: el ciclo del oro, c. 1690-1750." In: BETHELL, Leslie (Ed.). *Historia de América Latina 3. América latina colonial: economía*. Barcelona, Editorial Crítica, 1990, pp. 260-

305. SAMPAIO. Antônio Carlos Jucá de. "Magé na crise do escravismo: sistema agrário e evolução econômica na produção de alimentos, 1850-1888." Niterói, UFF, 1994 (Dissertação de Mestrado).
- VERGER, Pierre. *Fluxo e refluxo do tráfico de escravos entre o Golfo de Benin e a Bahia de Todos os Santos: dos séculos XVII a XIX*. São Paulo, Corrupio, 1987, 3ª edição.
- XAVIER, Angela Barreto e HESPANHA, António M. "As redes clientelares". In: HESPANHA, António Manuel (Coord.). *História de Portugal: o Antigo Regime (1620-1807)*. Lisboa, Estampa, 1998, pp. 339-349.
- YOUNG, Eric Van. *La ciudad y el campo en el México del siglo XVIII: Ia economia rural de Ia región de Guadalajara, 1675-1820*. México D. F., Fondo de Cultura econômica, 1989.
- ZEMELLA, Mafalda P. *O abastecimento da capitania das Minas Gerais no século XVIII*. São Paulo, HUCITEC/EDUSP, 1990, 2a ed.

